

PT e PDT disputam cabeça de chapa ao governo do RS

Lula recebeu em Brasília a pré-candidata pedetista, Juliana Brizola

/ELEIÇÕES 2026

Marcus Meneghetti
marcusv@jcrs.com.br

A discussão sobre uma candidatura unificada dos partidos de centro-esquerda ao governo do Rio Grande do Sul ganhou mais um capítulo após o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) receber em Brasília, na quarta-feira (11), o presidente nacional do PDT, Carlos Lupi, e a pré-candidata ao governo do Estado, Juliana Brizola (PDT). Após a divulgação das fotos do encontro - nas quais Lula, Lupi e Juliana exibem sorrisos largos - o PT gaúcho reafirmou o apoio à candidatura ao Palácio Piratini do presidente da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Edegar Pretto (PT).

Tanto o PDT quanto o PT querem uma candidatura unificada. Entretanto, ninguém quer abrir mão da cabeça de chapa. Os pedetistas querem que os petistas apoiem a candidatura de Juliana. Neste cenário, a indicação de Pretto como vice seria o ideal.

No final de janeiro, Lupi esteve em Porto Alegre e disse que o PDT tinha um acordo com Lula para que o PT gaúcho apoiasse a candidatura de Juliana. Na avaliação dos pedetistas, ela teria mais chance de ganhar a eleição por enfrentar uma menor rejeição do eleitorado em um eventual segundo turno.

No encontro desta quarta-feira, em Brasília, Lupi voltou a falar das eleições ao governo do Rio



Encontro de Lula com Juliana e presidente do PDT ocorreu na quarta

Grande do Sul. "Hoje estive com o presidente Lula, acompanhado da nossa pré-candidata ao governo do Rio Grande do Sul, Juliana Brizola. Em um diálogo franco e respeitoso sobre o futuro do Estado, Lula ouviu com atenção o pedido de apoio à sua pré-candidatura", relatou Lupi em sua conta na rede social X.

O problema é que os petistas também querem liderar uma chapa de esquerda. Nesse caso, o ideal seria que Juliana fosse a vice. O diretório estadual do PT também já lançou a pré-candidatura ao Senado de Manuela d'Ávila (PSOL) e do deputado federal Paulo Pimenta (PT).

Pretto avalia que sua pré-candidatura está consolidada não só dentro do PT, mas também entre os partidos aliados - PSOL, PCdoB, PV e Rede. "A nossa pré-candidatura é uma decisão muito consolidada no PT e nos demais partidos que estão conosco. Somos cinco

partidos. Temos um tamanho importante, somando 12 deputados e deputadas na Assembleia Legislativa, além dos nove deputados federais", analisou.

O pré-candidato petista também garantiu que "todas as decisões do PT do Rio Grande do Sul têm aval da direção nacional". Contudo, o partido não fecha as portas para uma possível aliança com os pedetistas ainda no primeiro turno.

"Vamos continuar dialogando com o PDT e desejando muito que eles caminhem conosco, se possível, no primeiro turno. Mas, obviamente, respeitaremos a decisão do partido. E, se não for possível no primeiro turno, tenho certeza que estaremos juntos no segundo turno", projetou Edegar Pretto.

A reportagem tentou contato com a pré-candidata do PDT, mas não obteve resposta até o fechamento da edição.

Justiça italiana conclui julgamento de Carla Zambelli

/JUSTIÇA

A Justiça italiana concluiu nesta quinta-feira (12) o julgamento sobre a extradição da ex-deputada federal Carla Zambelli (PL-SP), presa em Roma, na Itália. A análise do caso ocorreu na Corte de Apelação de Roma. O resultado sairá nas próximas semanas.

O julgamento não encerra o processo. Após a divulgação do resultado, a defesa de Zambelli ainda poderá recorrer à Corte de Cassação, instância mais alta do Judiciário italiano.

Após essa fase, o Ministério da Justiça da Itália decidirá se autoriza a extradição.

Condenada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), Zambelli teve sua extradição pedida à Itália após ter deixado o Brasil, o que levou à sua prisão pela polícia italiana. Agora, porém, cabe às autoridades judiciais do país europeu abrir e concluir o procedimento que definirá se a extradição será ou não autorizada, especialmente porque a ex-parlamentar também possui cidadania italiana.

No Brasil, Zambelli foi condenada duas vezes pelo STF. Na primeira ação, recebeu pena de dez anos de prisão por invasão de sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e falsidade ideológica, em conluio com o hacker Walter Delgatti Neto. Ele afirmou ter sido contratado por ela para inserir documentos falsos no sistema do CNJ, incluindo um falso mandado de prisão contra o ministro Alexandre de Moraes.

Após essa condenação, Zambelli deixou o País e acabou presa na Itália.

TSE rejeita pedido para barrar desfile que homenageará Lula

/JUSTIÇA ELEITORAL

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) rejeitou nesta quinta-feira, por unanimidade, o pedido do Partido Novo que tentava barrar o desfile da escola de samba Acadêmicos de Niterói, cujo enredo homenageia o presidente Lula (PT). A sigla acusa o presidente, o PT e a agremiação de propaganda eleitoral antecipada e abuso de poder.

Relatora do caso, a ministra Estela Aranha votou pela rejeição do pedido. Os ministros André Mendonça, Kassio Nunes Marques, Cármem Lúcia, Antonio Carlos Ferreira, Villas Bôas Cueva e Floriano de Azevedo Marques acompanharam o voto.

Ao fundamentar seu voto, Estela Aranha afirmou que não é possível reconhecer abuso de poder de forma preventiva, antes da ocorrência dos fatos e da formalização de eventual candidatura.

"A gravidade não é abstrata. É aferida à luz do conjunto probatório, após a ocorrência dos fatos e considerando o contexto da disputa. Não há de se falar em abuso de poder em tese nem discuti-lo preventivamente. Portanto, não caberia declarar abuso antes da realização do evento nem realizar juízo liminar preventivo, sem que a candidatura seja oficializada e sem que o contexto eleitoral seja consolidado", disse.

A presidente do TSE, ministra Cármem Lúcia, também afastou a possibilidade de intervenção prévia. Segundo ela, a Constituição não veda apenas a censura prévia, mas qualquer forma de censura. "É vedada toda e qualquer censura. Barrar o desfile sem se saber o que vai acontecer, pois não há dado objetivo sobre o que a escola vai fazer, isto sim seria, para mim, censura", disse.

O presidente do Partido Novo, Eduardo Ribeiro, afirmou

que apenas o pedido de liminar foi rejeitado, mas que a ação principal segue em tramitação na Justiça Eleitoral.

"Os ministros rejeitaram a liminar, mas todos, de forma unânime, reconheceram a gravidade dos fatos descritos na nossa representação. Também admitiram que, caso alguns dos elementos apontados venham a se concretizar, isso poderá ser analisado no julgamento de mérito. Estamos falando de possível propaganda eleitoral antecipada que, se confirmada, pode configurar abuso de poder político e econômico", disse.

Outra ação sobre o caso já foi rejeitada. Na quarta, a 21ª Vara Federal Cível do Distrito Federal extinguiu, sem analisar o mérito, a ação popular que tentava impedir a Acadêmicos de Niterói de homenagear o presidente no desfile de Carnaval deste ano.

O Partido Novo também questiona, na ação, o aporte financeiro de R\$ 1 milhão realizado pela Embratur, com interveniência do Ministério da Cultura, à escola. Um termo de colaboração firmado entre a empresa pública de fomento ao turismo e a Liga Independente das Escolas de Samba do Rio de Janeiro (Liesa) prevê investimento total de R\$ 12 milhões (R\$ 1 milhão para cada escola do Grupo Especial), destinado oficialmente à promoção internacional do Carnaval do Rio como produto turístico.

Lula confirmou a aliados que irá ao Rio para assistir ao desfile no domingo (15). O enredo "Do alto do Mulungu surge a esperança: Lula, o operário do Brasil" homenageia a trajetória do petista. O prefeito Eduardo Paes (PSD) ofereceu dois camarotes da prefeitura do Rio para Lula, a primeira-dama Rosângela da Silva, a Janja, e convidados na Marquês de Sapucaí.



Ação movida pelo Partido Novo foi rejeitada por unanimidade na Corte